



88
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ag no AI 0333320-4

COMARCA: Arcoverde

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. FORNECIMENTO DOS MEDICAMENTOS ANDROCUR 50 MG E ZOLADEX 10,8 MG. PACIENTE PORTADOR DE CÂNCER DE PRÓSTATA (CID 10 - C61). RESPONSABILIDADE DO ESTADO. 1. O caso em tela tem por objeto o fornecimento de medicamentos ao agravado (substituído), não havendo que se falar em 'sistemática própria da Assistência Oncológica no SUS', embora se trate de medicamentos anti-cancerígenos e de alto custo, nos termos consignados pela decisão agravada: *"Como visto, pugna o autor/agravado pelo fornecimento, ao Sr. José Cardoso Filho, na forma prescrita por profissional de saúde da rede pública que o acompanha (fl.37), dos medicamentos ANDROCUR 50 mg e ZOLADEX 10,8 mg, por não ter o paciente (substituído) condições de arcar com a referida compra."* 2. Nesse contexto, restou consignado pela decisão agravada: *"A jurisprudência é ampla e pacífica nesse sentido, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal: "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".* 3. A alegação de descabimento/exorbitância da astreinte fixada pelo juízo a quo (em R\$ 500,00/dia de descumprimento) foi expressamente enfrentada nos seguintes termos: *"Destarte, tenho que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 500,00/dia de descumprimento), posto que à parte agravada não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento dos medicamentos solicitados, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento."* 4. A irresignação não trouxe nenhum elemento concreto que pudesse por em dúvida a necessidade premente de utilização dos medicamentos em tela, por parte do Sr. José Cardoso Filho, ora substituído pelo Ministério Público. 5. A circunstância das medicações não constarem da lista-padrão do SUS é irrelevante, visto que não cabe à autoridade administrativa limitar o alcance de dispositivo constitucional. 6. De resto, a matéria é pacífica em todos os Tribunais, ensejando a aplicação do art. 557, caput, do CPC. 7. Recurso de Agravo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0333320-4, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO

Ag no AI 0333320-4

COMARCA: Arcoverde

AGRAVANTE: Estado de Pernambuco

AGRAVADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **Recurso de Agravo** interposto em face de decisão terminativa monocrática pela qual esta Relatoria negou provimento ao Agravo de Instrumento (nº 0333320-4), mantendo, por conseguinte, a decisão interlocutória de primeiro grau que deferiu o pedido de tutela antecipada e determinou ao Estado de Pernambuco que **"forneça a medicação ANDROCUR (50 mg), 90 (noventa) comprimidos mensais e ZOLADEZ (10,8 mg), um frasco/ampola a cada três meses, pelo período que perdurar o tratamento do requerente, devendo a dita medicação ser posta a seu acesso nesta Comarca, em 72 horas contados da intimação desta decisão, sob pena de incidir na multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso no cumprimento do preceito.(...)"**.

Em suas razões, argüi o agravante: (i) que os medicamentos solicitados deveriam ser fornecidos pelos CACON'S (Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia), cabendo ao Ministério da Saúde o repasse dos recursos para o custeio dos procedimentos; (ii) que a decisão vergastada não atende aos critérios do art. 557 do CPC, pois não indica qualquer jurisprudência ou súmula de tribunais superiores ou do próprio tribunal no presente caso (a sistemática própria da Assistência Oncológica no SUS), mas sim para casos parecidos (fornecimento de medicamento às pessoas carentes); e (iii) o descabimento e a exorbitância da *astreinte* fixada pelo juízo *a quo* (em R\$ 500,00/dia de descumprimento), a qual não poderia se configurar como ônus excessivo, sob pena de violação ao art. 461, § 4º, do CPC, pelo que requer a exclusão/redução da referida multa.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o recurso de agravo para julgamento nesta Egrégia 2ª Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 22 de maio de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator

90
✓



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO

Ag no AI 0333320-4
COMARCA: Arcoverde
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco
AGRAVADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Eis o teor da decisão que se pretende reformar:

"Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto em face de decisão proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Arcoverde, nos autos da Ação Civil Pública tombada sob o NPU nº 0001103-28.2014.8.17.0220, que deferiu o pedido de tutela antecipada formulado pelo autor, ora agravado, nos seguintes termos:

"Ante o exposto, concluo pela não integração da União Federal na lide, portanto, concedo a antecipação da tutela jurisdicional perseguida, nos termos dos arts. 5º, caput, e 196, ambos, da Constituição da República de 1988, e reconheço o dever do Réu de fornecer o medicamento reclamado, de modo a possibilitar a parte autora, Sr. JOSÉ CARDOSO FILHO, seu acesso sem agravar sua saúde, assim na forma do art. 461, CPC, determino que forneça a medicação ANDROCUR (50 mg), 90 (noventa) comprimidos mensais e ZOLADEZ (10,8 mg), um frasco/ampola a cada três meses, pelo período que perdurar o tratamento do requerente, devendo a dita medicação ser posta a seu acesso nesta Comarca, em 72 horas contados da intimação desta decisão, sob pena de incidir na multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso no cumprimento do preceito.(...)".

Na via ordinária, o autor/agravado pugna pelo fornecimento - ao Sr. José Cardoso Filho, portadora de câncer de próstata (CID 10 - C61) - dos medicamentos ANDROCUR 50 mg (na quantidade de 90 (noventa) comprimidos mensais) e ZOLADEZ 10,8 mg (na quantidade de 01 (um) frasco/ampola a cada 03 (três) meses), e bem assim pela garantia de que o respectivo fornecimento seja mantido enquanto necessário, conforme preceitua a 'solicitação médica' (fl.37), subscrita pelo Dr. Neyton Santana Diniz (CRM 10716), da Secretaria Estadual de Saúde.

Assevera o autor/agravado a imprescindibilidade dos medicamentos solicitados, tendo em vista encontrar-se o paciente "com elevação progressiva do PSA, necessitando de tratamento com bloqueio androgênico completo", conforme se depreende da 'solicitação médica' mencionada (fl.37).

Nesse sentido, aduz ter requisitado os referidos medicamentos à Secretaria de Saúde de Pernambuco (fl.37), sendo tal pleito indeferido (fls. 35 e 44) sob o fundamento de que tais medicamentos não fazem parte do Componente Especializado de Saúde.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO

Nesse panorama, o autor/agravado aponta como fundamentos da responsabilidade estatal para com a saúde, as prescrições constitucionais constantes dos arts. 5º, caput, e 196/198, além de dispositivos da Lei nº 8.080/90.

O Estado interpôs o presente agravo (fls.02/24), argüindo, em suma: (i) a sua ilegitimidade passiva ad causam, eis que os medicamentos solicitados deveriam ser fornecidos pelos CACON'S (Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia), cabendo ao Ministério da Saúde o repasse dos recursos para o custeio dos procedimentos; (ii) a responsabilidade solidária dos entes federativos pela prestação dos serviços públicos de saúde (atendimento de alta complexidade aos portadores de doenças oncológicas), o que acarretaria a necessidade de a União figurar no pólo passivo da lide e, via de consequência, a competência da Justiça Federal para o julgamento do feito; (iii) a ausência dos requisitos necessários à concessão da antecipação de tutela, quais sejam, a verossimilhança das alegações e a prova inequívoca a ampará-las, eis que não restariam comprovadas nos autos a necessidade/eficácia dos medicamentos solicitados e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade; (iv) que o autor/agravado postularia medida de ordem administrativa, a qual não poderia ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes (art. 2º da CF/88) - já que o Judiciário passaria a substituir o administrador; (v) que a aquisição de medicamentos pelo Poder Público é medida a ser adotada com observância das regras de direito financeiro e de direito administrativo, e deve ser realizada por meio de procedimento licitatório, nos termos do art. 37, XXI, da Carta Magna; (vi) que o art. 196 da Constituição Federal não pode ser interpretado da forma pleiteada pelo autor/agravado (substituído), ante o condicionamento orçamentário, que leva a privilegiar o todo em detrimento de particularidades (reserva do possível), sob pena de inobservância ao princípio da igualdade; (vii) que ante a ausência de previsão orçamentária, o atendimento ao referido pleito traria manifestos prejuízos às ações já programadas de assistência à saúde da coletividade; (viii) o descabimento e a exorbitância da astreinte fixada pelo juízo a quo (em R\$ 500,00/dia de descumprimento), a qual não poderia se configurar como ônus excessivo, sob pena de violação ao art. 461, § 4º, do CPC, pelo que requer a exclusão/redução da referida multa; (ix) a necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso ante o perigo de dano inverso e o risco de lesão grave e de difícil reparação; e (x) que a entrega dos medicamentos solicitados ao agravado seja condicionada à apresentação periódica, na SES, de prescrição médica atualizada.

É o essencial a relatar.

Como visto, pugna o autor/agravado pelo fornecimento, ao Sr. José Cardoso Filho, na forma prescrita por profissional de saúde da rede pública que o acompanha (fl.37), dos medicamentos ANDROCUR 50 mg e ZOLADEZ 10,8 mg, por não ter o paciente (substituído) condições de arcar com a referida compra.

De proêmio, rejeito as alegações preliminares de ilegitimidade passiva ad causam do Estado de Pernambuco e de necessidade de formação de litisconsórcio passivo necessário com a União, uma vez que é justamente em razão do caráter solidário da obrigação de prestação de serviços públicos de saúde (na qual se inclui o fornecimento de medicamentos essenciais) que podem ser demandados quaisquer dos devedores co-obrigados, à escolha do credor.



92
✓



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO

Deveras, "(...) É da competência solidária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a responsabilidade pela prestação de serviço de saúde à população, sendo o Sistema Único de Saúde composto dos referidos entes, conforme se pode depreender do disposto nos arts. 196 e 198, § 1º, da Constituição Federal" (Resp 656296/RS, STJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ 29.11.2004, p. 264).

No mesmo sentido:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA PESSOA CARENTE. LEGITIMIDADE DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO PARA FIGURAREM NO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA.

1. Inexiste ofensa ao art. 535, II, do CPC, quando as questões levadas ao conhecimento do Órgão Julgador foram por ele apreciadas.

2. Recurso no qual se discute a legitimidade passiva da União para figurar em feito cuja pretensão é o fornecimento de medicamentos imprescindíveis à manutenção de pessoa carente, portadora de atrofia cerebral gravíssima (ausência de atividade cerebral, coordenação motora e fala).

3. A Carta Magna de 1988 erige a saúde como um direito de todos e dever do Estado (art. 196). Daí, a seguinte conclusão: é obrigação do Estado, no sentido genérico (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), assegurar às pessoas desprovidas de recursos financeiros o acesso à medicação necessária para a cura de suas mazelas, em especial, as mais graves.

4. Sendo o SUS composto pela União, Estados e Municípios, impõe-se a solidariedade dos três entes federativos no pólo passivo da demanda.

5. Recurso especial desprovido.

(REsp 507.202/PR, rel. José Delgado, 1ª Turma, DJ 17/11/2003)"

Rejeito, pois, a preliminar relativa à formação de litisconsórcio passivo necessário.

Por consequência lógica, tenho por prejudicada a arguição de incompetência da Justiça Estadual, visto que a competência da Justiça Federal só exsurgiria se indispensável fosse a presença da União no pólo passivo do feito.

A necessidade/eficácia dos medicamentos solicitados e a impossibilidade de utilização de outras drogas no combate aos efeitos da enfermidade restam evidenciadas pela apreciação da 'solicitação médica' (fl.37), subscrita pelo Dr. Neyton Santana Diniz (CRM 10716), da própria Secretaria Estadual de Saúde, cujo conteúdo não foi contraditado pelo agravante.

No plano de fundo, é patente a gravidade da doença que aflige o paciente José Cardoso Filho (substituído processualmente pelo autor/agravado), pelo que o atendimento ao referido pleito, na forma já deferida, é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal.

Não se trata, pois, de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO

A jurisprudência é ampla e pacífica nesse sentido, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal:

"É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

Do Superior Tribunal de Justiça, colaciono o aresto seguinte:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 211/STJ. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS. IDOSO. LEGITIMIDADE PASSIVA SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS (MUNICÍPIO, ESTADO E UNIÃO). ARTS. 196 E 198, § 1º, DA CF/88. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA PARTE, DESPROVIDO.

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos como violados torna inadmissível o recurso especial. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ.

2. Nos termos do art. 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado. Tal premissa impõe ao Estado a obrigação de fornecer gratuitamente às pessoas desprovidas de recursos financeiros a medicação necessária para o efetivo tratamento de saúde.

3. O Sistema Único de Saúde é financiado pela União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, sendo solidária a responsabilidade dos referidos entes no cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Legitimidade passiva do Estado configurada.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido." (Resp 828.140-MT, Rel. Min. Denise Arruda).

O Supremo Tribunal Federal segue na mesma linha:

EMENTA:

PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA PARANÓIDE E DOENÇA MANÍACO-DEPRESSIVA CRÔNICA, COM EPISÓDIOS DE TENTATIVA DE SUICÍDIO - PESSOAS DESTITUÍDAS DE RECURSOS FINANCEIROS - DIREITO À VIDA E À SAÚDE - NECESSIDADE IMPERIOSA DE SE PRESERVAR, POR RAZÕES DE CARÁTER ÉTICO-JURÍDICO, A INTEGRIDADE DESSE DIREITO ESSENCIAL - FORNECIMENTO GRATUITO DE MEDICAMENTOS INDISPENSÁVEIS EM FAVOR DE PESSOAS CARENTES - DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO (CF, ARTS. 5º, "CAPUT", E 196) - PRECEDENTES (STF) - ABUSO DO DIREITO DE RECORRER - IMPOSIÇÃO DE MULTA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. O DIREITO À SAÚDE REPRESENTA CONSEQUÊNCIA CONSTITUCIONAL INDISSOCIÁVEL DO DIREITO À VIDA. - O direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República (art. 196). Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, aos cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar. - O direito à saúde - além de qualificar-se



94
a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO

como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional. A INTERPRETAÇÃO DA NORMA PROGRAMÁTICA NÃO PODE TRANSFORMÁ-LA EM PROMESSA CONSTITUCIONAL INCONSEQÜENTE. - O caráter programático da regra inscrita no art. 196 da Carta Política - que tem por destinatários todos os entes políticos que compõem, no plano institucional, a organização federativa do Estado brasileiro - não pode converter-se em promessa constitucional inconseqüente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei Fundamental do Estado. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA, A PESSOAS CARENTES, DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS À PRESERVAÇÃO DE SUA VIDA E/OU DE SUA SAÚDE: UM DEVER CONSTITUCIONAL QUE O ESTADO NÃO PODE DEIXAR DE CUMPRIR. - O reconhecimento judicial da validade jurídica de programas de distribuição gratuita de medicamentos a pessoas carentes dá efetividade a preceitos fundamentais da Constituição da República (arts. 5º, "caput", e 196) e representa, na concreção do seu alcance, um gesto reverente e solidário de apreço à vida e à saúde das pessoas, especialmente daquelas que nada têm e nada possuem, a não ser a consciência de sua própria humanidade e de sua essencial dignidade. Precedentes do STF. MULTA E EXERCÍCIO ABUSIVO DO DIREITO DE RECORRER. - O abuso do direito de recorrer - por qualificar-se como prática incompatível com o postulado ético-jurídico da lealdade processual - constitui ato de litigância maliciosa repellido pelo ordenamento positivo, especialmente nos casos em que a parte interpõe recurso com intuito evidentemente protelatório, hipótese em que se legitima a imposição de multa. A multa a que se refere o art. 557, § 2º, do CPC possui função inibitória, pois visa a impedir o exercício abusivo do direito de recorrer e a obstar a indevida utilização do processo como instrumento de retardamento da solução jurisdicional do conflito de interesses. Precedentes." (RE - AgR 393175/RS, Min. Celso de Mello, Segunda Turma, DJ 12/12/2006).

Cristalina, portanto, a presença da verossimilhança do direito do agravado (substituído) e bem assim o periculum in mora, a legitimar a antecipação de tutela deferida em primeiro grau.

Destarte, tenho que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 500,00/dia de descumprimento), posto que à parte agravada não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento dos medicamentos solicitados, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento.

Ante o exposto, e sendo certo que a pretensão do Estado agravante está em linha de confronto com a jurisprudência predominante dos Tribunais Superiores, e deste próprio Tribunal, nego provimento ao referido Agravado de Instrumento, nos termos do art. 557, caput, do Código de Processo Civil."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
2ª CÂMARA DE DIRETO PÚBLICO

O caso em tela tem por objeto o fornecimento de medicamentos ao agravado (substituído), não havendo que se falar em 'sistemática própria da Assistência Oncológica no SUS', embora se trate de medicamentos anti-cancerígenos e de alto custo, nos termos consignados pela decisão agravada:

"Como visto, pugna o autor/agravado pelo fornecimento, ao Sr. José Cardoso Filho, na forma prescrita por profissional de saúde da rede pública que o acompanha (fl.37), dos medicamentos ANDROCUR 50 mg e ZOLADEZ 10,8 mg, por não ter o paciente (substituído) condições de arcar com a referida compra."

Nesse contexto, restou consignado pela decisão agravada:

"A jurisprudência é ampla e pacífica nesse sentido, a começar pela Súmula 18 deste próprio Tribunal:

"É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

A alegação de descabimento/exorbitância da astreinte fixada pelo juízo *a quo* (em R\$ 500,00/dia de descumprimento) foi expressamente enfrentada nos seguintes termos:

"Destarte, tenho que é de ser mantida a multa diária fixada pelo juízo de primeiro grau (R\$ 500,00/dia de descumprimento), posto que à parte agravada não interessa o recebimento da multa, mas sim o cumprimento efetivo, a tempo e modo, da obrigação de fazer consistente no fornecimento dos medicamentos solicitados, sendo indispensável, pois, que o preceito cominatório seja suficiente para desestimular um eventual inadimplemento."

No mais, a irresignação não trouxe nenhum elemento concreto que pudesse por em dúvida a necessidade premente de utilização dos medicamentos em tela, por parte do Sr. José Cardoso Filho, ora substituído pelo Ministério Público.

A circunstância das medicações não constarem da lista-padrão do SUS é irrelevante, visto que não cabe à autoridade administrativa limitar o alcance de dispositivo constitucional.

De resto, a matéria é pacífica em todos os Tribunais, ensejando a aplicação do art. 557, *caput*, do CPC.

Ante o exposto, **nego provimento** a este Recurso de Agravado, mantendo a decisão guerreada, nos exatos termos em que lançada nos autos.

Recife, 22 de maio de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator